

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2022, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,9 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 3,0% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma queda de 10,1%.

A CPFL Piratininga, em 2022, foi eleita pelo Prêmio Abradee, nas categorias região Sudeste e Responsabilidade Socioambiental, para as empresas com mais de 500 mil consumidores. Também recebeu a premiação da Fundação Nacional de Qualidade, na categoria Melhores em Gestão.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou

sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:

Em 18 de outubro de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.128, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Piratininga em 21,07%, sendo 16,50% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 4,57% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 14,72% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no

reposicionamento econômico foi de 14,47% e da Parcela B de 2,03%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução MME nº 3/2021, entrou em vigor a “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que vigorou até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Piratininga encerrou o ano com 1,9 milhão de clientes, com acréscimo de 36 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 7.372 GWh, uma redução de 3,0% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2022 foi de 57,4% para a classe residencial, 21,3% para a classe comercial e 9,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- Classe Residencial: crescimento de 0,1%, refletindo principalmente o efeito positivo de temperatura no ano e o incremento de unidades consumidoras em 2022 em relação a 2021. Esses impactos foram parcialmente compensados pela volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19, e pela expansão da MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);
- Classe Comercial: queda de 2,4%, refletindo o incremento de MMGD e a migração de alguns clientes para o mercado livre. Esse decréscimo foi ligeiramente compensado por temperaturas mais altas;
- Classe Industrial: queda de 10,1%, refletindo o aumento da geração distribuída e a migração de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2022, incluída na linha de “Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas” da nota explicativa de “Receita Operacional”.

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Piratininga obteve em 2022 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 75,8 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, resultado 4,9 pontos (ou 6,9%) acima do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0 e fez com que a empresa subisse do 8º lugar que ocupara em 2021, para o 4º lugar, posicionando-se entre as finalistas ao Prêmio Abradee de Avaliação pelo Cliente, na categoria acima de 500 mil unidades consumidoras.

Fornecimento de energia: a CPFL Piratininga desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza

um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,95 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,65 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 8.417 milhões em 2022, representando uma queda de 3,7% (R\$ 325 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 90,5% no ativo financeiro setorial (R\$ 470 milhões); (ii) de 64,7% no suprimento de energia elétrica (R\$ 361 milhões); (iii) de 35,6% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 62 milhões); parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (iv) de 87,1% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 276 milhões); (v) de 12,5% em outras receitas (R\$ 185 milhões); e (vi) de 1,9% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 107 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 2.764 milhões em 2022, representando uma redução de 4,9% (R\$ 143 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 5.653 milhões em 2022, representando uma queda de 3,1% (R\$ 182 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2022, o EBITDA foi de R\$ 1.145 milhões, representando um aumento de 24,3% (R\$ 224 milhões), devido à redução de 17,0% no custo com energia elétrica (R\$ 691 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) redução de 3,1% na receita operacional líquida (R\$ 182 milhões); (ii) aumento de 87,1% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 276 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) aumento de 1,9% (R\$ 10 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 13,8% (R\$ 23 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 31,1% (R\$ 9 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 8,2% (R\$ 13 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 2,2% (R\$ 3 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Redução de 64,5% (R\$ 32 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2022	2021
Lucro Líquido	512.992	500.398
Amortização	137.189	121.590
Resultado Financeiro	229.354	41.429
Contribuição Social	71.177	67.454
Imposto de Renda	194.194	190.384
EBITDA	1.144.906	921.255

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 513 milhões em 2022, representando um aumento de 2,5% (R\$ 13 milhões), refletindo a alta de 24,3% no EBITDA (R\$ 224 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 453,6% no resultado financeiro líquido (R\$ 188 milhões); (ii) de 12,8% na amortização (R\$ 16 milhões); e (iii) de 2,9% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 8 milhões).

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 3.366 milhões, representando um aumento de 27,9%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 587 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em

sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão Ambiental: a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a premiação ABRADÉE 2022 da CPFL Piratininga no quesito Responsabilidade Socioambiental; a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Integridade e diversidade”, “Comportamento íntegro durante o período eleitoral”, “Assédio moral e sexual”, e “Comportamento íntegro e o combate à corrupção”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Piratininga atua, em 2022 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 8 cidades, beneficiando 12 mil jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar em 2

cidades, beneficiando cerca de 7 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas; **(iv) Circuito CPFL:** retomadas as atividades presenciais do Circuito CPFL, que realizou 2 corridas do Circuito CPFL Energia e 11 sessões de cinema com o CineSolar. Ao todo o Circuito CPFL passou por 13 cidades, alcançando cerca de 4.900 pessoas; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de expectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas; **(vi) Voluntariado:** O programa atendeu 2 ONGs ao longo do ano. Em 2022, 145 pessoas foram beneficiados; e **(vii) Eficiência Energética (0,5% da ROL) –** foram investidos R\$ 23,0 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 2,6 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 120 clientes; substituição de (b) 36.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (c) Foi também executado projeto educacional CPFL nas Escolas, que capacitou 15.104 alunos e 722 professores do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Executou ainda (d) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 4.344 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 5,9 milhões. Por fim, (e) investiu R\$ 9,0 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão;

Gestão de Recursos Humanos: Em 2022, treinamos 1.557 colaboradores da base ativa, 95% já passou por algum treinamento. Foram 57.873 mil horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitas ao longo do ano, foram 46 participantes, 42 aprovados, 25 admitidos (13 mulheres e 12 homens) sendo 91% dos participantes aprovados x 60% contatados.

Rede de Valor: Em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Serviços de Tecnologia da Informação - Segurança da Informação

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	257.910	179.059
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	743.860	783.124
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	4.990	1.925
Outros tributos a compensar	7	140.984	41.095
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	296.202	198.108
Ativo financeiro setorial	8	26.685	371.223
Estoques		7.219	4.787
Outros ativos	11	188.168	226.711
Total do circulante		1.666.018	1.806.032
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	18.298	24.107
Depósitos judiciais	20	223.917	212.000
Outros tributos a compensar	7	48.166	30.882
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.483.305	1.684.582
Ativo financeiro setorial	8	124.523	234.872
Derivativos	31	82.760	178.441
Ativo financeiro da concessão	10	2.278.463	1.932.004
Outros ativos	11	5.806	857
Ativo contratual	12	513.533	241.053
Intangível	13	677.614	734.251
Total do não circulante		5.456.384	5.273.049
Total do ativo		7.122.403	7.079.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	591.226	744.002
Empréstimos e financiamentos	15	168.845	40.683
Debêntures	16	188.249	136.357
Entidade de previdência privada	17	167.943	117.395
Taxas regulamentares	18	8.928	95.292
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	2.471	13.903
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	42.615	158.823
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	23.375	6.037
Obrigações estimadas com pessoal		21.146	18.390
Derivativos	31	13.053	-
Passivo financeiro setorial	8	114.065	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	57.152	-
Outras contas a pagar	21	273.277	230.742
Total do circulante		1.672.344	1.561.623
Não circulante			
Fornecedores	14	-	1.379
Empréstimos e financiamentos	15	1.774.444	1.819.635
Debêntures	16	1.224.479	769.143
Entidade de previdência privada	17	45.378	343.169
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	191.406	178.840
Débitos fiscais diferidos	9	85.547	26.614
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	80.658	47.229
Derivativos	31	79.973	43.764
Passivo financeiro setorial	8	56.854	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.520.398	1.882.690
Outras contas a pagar	21	24.368	17.535
Total do não circulante		5.083.505	5.130.000
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		263.085	258.497
Reserva de capital		32.964	37.552
Reserva legal		45.962	39.997
Reserva de lucros a realizar		74.448	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		216.430	70.667
Dividendo		63.650	393.928
Resultado abrangente acumulado		(329.985)	(413.182)
Total do patrimônio líquido		366.553	387.459
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.122.403	7.079.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	24	5.652.599	5.834.275
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(3.372.250)	(4.063.380)
Custo com operação		<u>(363.297)</u>	<u>(353.182)</u>
Amortização		(117.273)	(104.525)
Outros custos com operação	26	(246.024)	(248.657)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(593.263)	(317.310)
Lucro operacional bruto		<u>1.323.790</u>	<u>1.100.404</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		<u>(147.953)</u>	<u>(150.123)</u>
Amortização		(935)	(933)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(58.057)	(63.939)
Outras despesas com vendas	26	(88.961)	(85.251)
Despesas gerais e administrativas		<u>(156.979)</u>	<u>(135.104)</u>
Amortização		(18.982)	(16.133)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(137.997)	(118.971)
Outras despesas operacionais	26	<u>(11.141)</u>	<u>(15.513)</u>
Resultado do serviço		1.007.717	799.665
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		359.250	148.130
Despesas financeiras		(588.605)	(189.559)
		<u>(229.354)</u>	<u>(41.429)</u>
Lucro antes dos tributos		778.363	758.236
Contribuição social	9	(71.177)	(67.454)
Imposto de renda	9	(194.194)	(190.384)
		<u>(265.371)</u>	<u>(257.838)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>512.992</u>	<u>500.398</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	16	9,66	9,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	512.992	500.398
Outros resultados abrangentes	83.197	(626)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	85.162	7.565
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(1.964)	(8.192)
Resultado abrangente do exercício	596.189	499.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	253.909	42.140	34.032	270.667	-	-	(412.556)	-	188.193
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	500.398	500.398
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	7.565	-	7.565
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(8.192)	-	(8.192)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.965	-	-	-	-	(5.965)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	393.928	-	(393.928)	-
Dividendos intermediários - AGE 07/10/2021, 14/12/2021 e 20/12/2021	-	-	-	(200.000)	-	-	-	(75.000)	(275.000)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 26/08/2021 e 31/12/2021	-	-	-	-	-	-	-	(25.506)	(25.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	258.497	37.552	39.997	70.667	-	393.928	(413.182)	-	387.459
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	512.992	512.992
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	85.162	-	85.162
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.964)	-	(1.964)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.965	-	-	-	-	(5.965)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	216.430	-	-	-	(216.430)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	74.448	-	-	(74.448)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(393.928)	-	-	(393.928)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	63.650	-	(63.650)	-
Dividendos intermediários - AGE 05/10/2022 e 27/10/2022	-	-	-	(70.667)	-	-	-	(125.000)	(195.667)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(27.500)	(27.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	263.085	32.964	45.962	216.430	74.448	63.650	(329.985)	-	366.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos tributos	778.363	758.236
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	137.190	121.591
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	51.093	15.198
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.057	63.939
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	206.580	(29.613)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	17.728	49.981
Perda (ganho) na baixa de não circulante	9.869	14.150
	1.258.880	993.482
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	56.099	(11.677)
Tributos a compensar	114.301	(25.357)
Depósitos judiciais	702	(8.877)
Ativo financeiro setorial	446.802	(459.305)
Contas a receber - CDE	(10.369)	(14.761)
Outros ativos operacionais	(15.376)	(21.144)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(154.155)	53.879
Outros tributos e contribuições sociais	(120.339)	(20.047)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(135.938)	(89.074)
Taxas regulamentares	42	79.264
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(19.446)	(20.311)
Passivo financeiro setorial	(274.032)	(59.640)
Contas a pagar - CDE	2.738	(12.077)
Outros passivos operacionais	42.845	21.033
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.192.754	405.388
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(161.713)	(78.914)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(259.479)	(258.773)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	771.562	67.701
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(59.015)	(10.524)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	54.398	6.942
Adições de ativo contratual	(587.093)	(333.127)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(591.710)	(336.709)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	785.764	1.246.156
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(157.468)	(668.920)
Liquidação de operações com derivativos	(133.664)	174.650
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(595.632)	(639.020)
Amortização de mútuo com controlada	-	(103.478)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(101.000)	9.388
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	78.852	(259.620)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	179.059	438.679
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	257.910	179.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
1 - Receita	8.359.033	8.677.699
1.1 Receita de venda de energia e serviços	7.824.525	8.424.955
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	592.565	316.683
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.057)	(63.939)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.657.229)	(5.115.027)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.776.035)	(4.522.561)
2.2 Material	(385.164)	(214.758)
2.3 Serviços de terceiros	(385.332)	(266.103)
2.4 Outros	(110.698)	(111.605)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	3.701.804	3.562.672
4 - Retenções	(137.554)	(121.990)
4.1 Amortização	(137.554)	(121.990)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	3.564.251	3.440.681
6 - Valor adicionado recebido em transferência	376.770	156.369
6.1 Receitas financeiras	376.770	156.369
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.941.021	3.597.051
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	201.388	209.087
8.1.1 Remuneração direta	103.383	91.316
8.1.2 Benefícios	88.439	109.577
8.1.3 F.G.T.S	9.565	8.195
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.629.084	2.690.685
8.2.1 Federais	1.649.262	1.380.306
8.2.2 Estaduais	976.814	1.307.552
8.2.3 Municipais	3.008	2.826
8.3 Remuneração de capital de terceiros	597.557	196.880
8.3.1 Juros	596.235	192.700
8.3.2 Aluguéis	1.323	4.180
8.4 Remuneração de capital próprio	512.992	500.398
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	27.500	25.506
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	188.650	468.928
8.4.3 Lucros retidos	296.843	5.965
	3.941.021	3.597.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,9 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Mudanças climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpf.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 9 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com

base em dados não observáveis significativos (nota 31);

- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 16 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos

negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos

financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável

do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas

demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores

usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de

neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade

para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem

disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	19.516	23.818
Aplicações financeiras (*)	238.394	155.241
Total	<u>257.910</u>	<u>179.059</u>

(*) Corresponde a títulos de crédito privado de operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 207.332 (R\$ 155.241 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 31.062, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,74% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (99,91% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	184.756	108.536	23.109	316.401	385.497
Industrial	8.758	10.563	26.959	46.280	51.254
Comercial	34.574	15.085	5.844	55.502	60.645
Rural	2.407	1.201	169	3.777	5.113
Poder público	10.377	1.205	1.111	12.692	12.477
Iluminação pública	10.218	1.693	253	12.164	17.576
Serviço público	10.187	373	2.320	12.879	12.931
Faturado	261.277	138.654	59.765	459.696	545.494
Não faturado	301.885	-	-	301.885	249.604
Parcelamento de débito de consumidores	26.757	7.550	10.890	45.197	51.456
Operações realizadas na CCEE	31.110	-	-	31.110	90.581
Concessionárias e permissionárias	1.743	-	-	1.743	12.757
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(1.338)	-	-	(1.338)	(69.165)
Outros	4	-	-	4	-
	621.438	146.204	70.654	838.296	880.728
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(94.438)	(97.604)
Total				743.860	783.124
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	10.090	-	-	10.090	15.899
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	18.298	-	-	18.298	24.107

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2020	(79.675)	(2.684)	(82.359)
Provisão revertida (constituída) líquida	(109.239)	(270)	(109.509)
Recuperação de receita	45.570	-	45.570
Baixa de contas a receber provisionadas	45.740	-	45.740
Saldo em 31/12/2021	(97.604)	(2.954)	(100.558)
Provisão revertida (constituída) líquida	(96.386)	48	(96.338)
Recuperação de receita	38.282	-	38.282
Baixa de contas a receber provisionadas	61.270	-	61.270
Saldo em 31/12/2022	(94.438)	(2.907)	(97.345)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.990	1.925
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	4.315	4.161
ICMS a compensar	119.532	20.357
Programa de integração social - PIS	3.139	3.555
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	13.952	12.974
Outros	46	48
Outros tributos a compensar	140.984	41.095
Total circulante	145.973	43.020
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	48.166	30.882
Outros tributos a compensar	48.166	30.882
Total não circulante	48.166	30.882

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se, principalmente, a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se, principalmente, a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	51.737	34.630
COFINS sobre ICMS	244.465	163.478
Total circulante	296.202	198.108
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	265.688	301.201
COFINS sobre ICMS	1.217.617	1.383.381
Total não circulante	1.483.305	1.684.582
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	57.152	-
Total circulante	57.152	-
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.520.398	1.882.690
Total não circulante	1.520.398	1.882.690

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859. Considerando o reajuste tarifário anual de outubro de 2022, onde foram repassados os valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial como componente financeiro negativo extraordinário no montante de R\$ 434.863 (nota 8), o passivo com consumidores em outras contas a pagar atualizado até 31 de dezembro de 2022 de R\$ 1.577.550 (R\$ 1.882.690 em 31 de dezembro de 2021). Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta que até 31 de dezembro de 2022 já foram compensados junto à Receita Federal o montante de R\$ 233.206, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.779.507 (R\$ 1.882.690 em 31 de dezembro de 2021).

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005), porém a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade do caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual as distribuidoras do Grupo CPFL são associadas, ajuizou

Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Resultado financeiro (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Recebimento			Saldo em 31/12/2022			
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Conta de escassez hídrica		Conta de comercialização de Itaipu	Diferido	Homologado	Total
								CDE	Eletrobrás				
Parcela "A"	346.377	322.470	668.847	117.212	(316.578)	51.222	-	(58.426)	(130.809)	-	153.625	177.843	331.469
CVA (*)	(10.503)	558	(9.945)	304.434	(35.729)	17.359	-	-	(130.809)	-	16.906	128.403	145.310
Custos energia elétrica	(31.946)	(35.280)	(67.227)	(567.781)	148.450	(39.423)	-	(18.167)	-	-	(121.999)	(422.149)	(544.148)
ESS e EER (**)	234.775	87.441	322.215	(268.910)	(69.286)	10.055	-	(40.259)	-	-	(8.324)	(37.861)	(46.184)
Prorrateio	-	12.106	12.106	62.535	(25.796)	6.252	-	-	-	-	-	55.186	55.186
Rede básica	(703)	45.878	45.175	58.418	(48.953)	4.192	-	-	-	-	36.050	22.882	58.932
Repasse de Itaipu	197.299	283.894	481.193	42.695	(309.323)	43.116	-	-	-	-	30.772	226.910	257.682
Transporte de Itaipu	322	4.745	5.067	7.596	(5.296)	599	-	-	-	-	3.835	4.131	7.966
Neutralidade dos encargos setoriais	(10.741)	(40.378)	(51.118)	(19.825)	42.675	(608)	-	-	-	-	(19.228)	(9.648)	(28.876)
Sobrecontratação	(32.126)	(36.573)	(68.699)	498.128	(13.431)	9.681	-	-	-	-	215.691	209.988	425.679
Bandeira Tarifária faturada	-	-	-	(79)	-	-	-	-	-	-	-	(79)	(79)
Outros componentes financeiros	(3.475)	(59.277)	(62.752)	155.232	93.520	11.011	(434.863)	-	-	(119.327)	(59.272)	(291.908)	(351.180)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	83.636	-	(434.863)	-	-	-	-	(351.227)	(351.227)
Outros	(3.475)	(59.277)	(62.752)	155.232	9.885	11.011	-	-	-	(119.327)	(59.272)	59.319	47
Total	342.902	263.193	606.095	272.444	(223.058)	68.233	(434.863)	(58.426)	(130.809)	(119.327)	94.354	(114.065)	(19.711)
Ativo circulante	-	-	371.223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.695
Ativo não circulante	-	-	234.872	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124.523
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.065)
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.854)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.128 relativa ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS decorrentes da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 434.863. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no terceiro trimestre de 2022 (nota 7.1). **(ii) Outros:** refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados a partir do 6º ciclo de revisão tarifária periódica até a próxima revisão tarifária, entre outros.

Recebimento - Conta de escassez hídrica: o Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022. A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022 e recebeu o montante de R\$ 58.426 no segundo trimestre de 2022.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho, cujo valor de R\$ 130.809 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu: conforme disposto no Decreto nº 10.665/21, em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu aporte adicional no valor de R\$ 119.327, de forma à mitigação o reajuste tarifário de outubro de 2022. Tal recurso será cobrado posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE: a ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira Tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) para ativo ou passivo financeiro setorial, antes registrada em taxas regulamentares (nota 18), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

(9) DÉBITOS E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	6.039	7.074
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(29.730)</u>	<u>(15.275)</u>
Subtotal	(23.691)	(8.201)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	20.726	24.279
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(82.582)</u>	<u>(42.692)</u>
Subtotal	(61.857)	(18.414)
Total	<u>(85.547)</u>	<u>(26.614)</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3% ao ano.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.439	20.665	4.325	12.015
Entidade de previdência privada	13.902	38.617	13.171	36.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.763	24.340	9.050	25.139
Provisão energia livre	2.548	7.077	2.267	6.297
Programas de P&D e eficiência energética	3.957	10.991	5.180	14.389
Provisão relacionada a pessoal	1.202	3.339	1.138	3.162
Marcação a Mercado - Derivativos	13.984	38.843	7.387	20.520
Marcação a Mercado - Dívidas	(15.730)	(43.694)	(9.647)	(26.797)
Derivativos	(13.157)	(36.547)	(19.667)	(54.631)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(640)	(1.777)	(749)	(2.082)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(69.519)	(193.109)	(59.367)	(164.909)
Outros	1.317	3.659	4.086	11.090
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	16.614	46.149	28.227	78.407
Marcação a Mercado - Derivativos	97	271	159	441
Marcação a Mercado - Dívidas	(506)	(1.407)	(836)	(2.321)
Total	(29.730)	(82.582)	(15.275)	(42.692)

9.4 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2023	58.356
2024	48.840
2025	44.027
2026	21.313
2027	21.313
2028	96.688
Total	290.538

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	778.363	778.363	758.236	758.236
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.602)	(5.602)	(6.195)	(6.195)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	38.538	38.538	33.305	33.305
Despesa Juros sobre o capital próprio	(27.500)	(27.500)	(25.506)	(25.506)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	7.061	(9.767)	2.791	(6.199)
Base de cálculo	790.860	774.032	762.630	753.641
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(71.177)	(193.508)	(68.637)	(188.410)
Provisão para riscos fiscais	-	(685)	1.182	(1.973)
Total	(71.177)	(194.194)	(67.454)	(190.384)
Corrente	(67.032)	(182.265)	(69.377)	(195.048)
Diferido	(4.145)	(11.929)	1.923	4.664

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício foi de R\$ 16.074 (receita de R\$ 6.587 em 2021) referente a (i) diferenças temporárias

R\$ 11.486 (receita de R\$ 11.175 em 2021) e (ii) benefício fiscal do intangível incorporado despesa de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2021).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(129.033)	(129.033)	(64.445)	(64.445)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	11.613	32.258	5.800	16.111
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	9.256	25.713
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	11.613	32.258	15.056	41.824
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	2.976	2.976	12.411	12.411
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(268)	(744)	(1.117)	(3.103)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	11.345	31.514	13.939	38.721

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	1.602.976
Transferência - ativo contratual	158.585
Transferência - intangível em serviço	70
Ajuste ao valor justo	178.074
Baixas	(7.701)
Saldo em 31/12/2021	1.932.004
Transferência - ativo contratual	238.097
Transferência - intangível em serviço	355
Ajuste ao valor justo	116.920
Baixas	(8.913)
Saldo em 31/12/2022	2.278.463

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2022, as baixas de R\$ 8.913 (R\$ 7.701 em 2021) referem-se tanto à baixa do ativo de R\$ 4.120 (R\$ 4.710 em 2021) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 4.793 (R\$ 2.991 em 2021)

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	781	1.427	-	678
Adiantamentos - fornecedores	2.420	5.241	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	8.627	3.589	-	-
Ordens em curso	83.786	64.100	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.533	1.343	-	-
Despesas antecipadas	17.826	19.218	220	179
Contas a receber - CDE	39.557	29.188	-	-
Adiantamentos a funcionários	2.912	3.141	-	-
Arrendamentos e aluguéis	16.608	12.152	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 6)	36	69.167	-	-
Outros	14.991	21.099	5.586	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.907)	(2.954)	-	-
Total	188.168	226.711	5.806	857

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas: refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU e PROINFA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 5.266 (R\$ 4.304 em 31 de dezembro de 2021), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 31.653 (R\$ 24.884 em 31 de dezembro de 2021) - (nota 24.3), e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 2.638.

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(12) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2020	159.983
Adições	337.203
Transferência - Intangível em serviço	(97.548)
Transferência - Ativo financeiro	(158.585)
Saldo em 31/12/2021	241.053
Adições	595.684
Transferência - Intangível em serviço	(85.107)
Transferência - Ativo financeiro	(238.097)
Saldo em 31/12/2022	513.533

(13) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	768.039	817	768.856
Custo histórico	2.246.405	2.109	2.248.514
Amortização acumulada	(1.478.366)	(1.292)	(1.479.658)
Amortização	(121.459)	(531)	(121.990)
Transferência - ativo contratual	97.084	464	97.548
Transferência - ativo financeiro	(70)	-	(70)
Baixa e transferência - outros ativos	(10.093)	-	(10.093)
Saldo em 31/12/2021	733.501	750	734.251
Custo histórico	2.265.259	2.573	2.267.831
Amortização acumulada	(1.531.757)	(1.823)	(1.533.580)
Amortização	(133.627)	(270)	(133.898)
Transferência - ativo contratual	85.107	-	85.107
Transferência - ativo financeiro	(355)	-	(355)
Baixa e transferência - outros ativos	(7.492)	-	(7.492)
Saldo em 31/12/2022	677.134	480	677.614
Custo histórico	2.310.435	2.573	2.313.008
Amortização acumulada	(1.633.301)	(2.093)	(1.635.394)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2022 foram capitalizados R\$ 8.226 (R\$ 3.676 em 2021), a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	181	159.889
Suprimento de energia elétrica	335.688	365.344
Encargos de uso da rede elétrica	80.602	55.437
Materiais e serviços	121.953	116.352
Energia livre	52.801	46.980
Total	<u>591.226</u>	<u>744.002</u>
Não circulante		
Materiais e serviços	-	1.379
Total	<u>-</u>	<u>1.379</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	580.989	84.968	(34.468)	63.221	-	(27.617)	667.093
Gastos com captação	(5.654)	-	-	867	-	-	(4.787)
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado							
Marcação a mercado	453.573	-	-	29.230	-	(29.230)	453.573
	(35.122)	-	-	6.379	-	-	(28.743)
Total moeda nacional	993.786	84.968	(34.468)	99.697	-	(56.847)	1.087.137
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	337.052	118.574	-	7.557	(16.727)	(6.533)	439.922
Euro	569.252	-	-	3.465	(68.130)	(3.478)	501.109
Marcação a mercado	(39.773)	-	-	(45.106)	-	-	(84.879)
Total moeda estrangeira	866.532	118.574	-	(34.085)	(84.857)	(10.011)	856.153
Total	1.860.318	203.542	(34.468)	65.612	(84.857)	(66.858)	1.943.289
Circulante	40.683						168.845
Não circulante	1.819.635						1.774.444
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	354.582	212.520	(31.315)	63.637	-	(18.436)	580.989
Gastos com captação	(6.521)	-	-	867	-	-	(5.654)
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado							
Marcação a mercado	-	447.000	-	20.694	-	(14.121)	453.573
	-	-	-	(35.122)	-	-	(35.122)
Total moeda nacional	348.061	659.520	(31.315)	50.077	-	(32.557)	993.786
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	303.337	321.000	(323.615)	4.268	37.733	(5.671)	337.052
Euro	725.726	-	(151.575)	4.503	(4.780)	(4.622)	569.252
Marcação a mercado	(34.414)	-	-	(5.359)	-	-	(39.773)
Total moeda estrangeira	994.650	321.000	(475.190)	3.412	32.953	(10.293)	866.532
Total	1.342.711	980.520	(506.505)	53.489	32.953	(42.850)	1.860.318
Circulante	482.829						40.683
Não circulante	859.882						1.819.635

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 113.622 (R\$ 74.895 em 31 de dezembro de 2021), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 106.873 (R\$ 57.540 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial e monetária (nota 31.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 6.749 (R\$ 17.355 em 31 de dezembro de 2021).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	(*) 667.093	580.989	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(4.787)	(5.654)		
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 6,1574% a 7,3780%	453.573	453.573	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado					
		(28.743)	(35.122)		
Total moeda nacional		1.087.137	993.786		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 0,78% a 2,81%	439.922	337.052	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70%	501.109	569.252	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado					
		(84.879)	(39.773)		
Total moeda estrangeira		856.153	866.532		
Total		1.943.289	1.860.318		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

(*) Taxa efetiva a.a.: de 90% a 120% do CDI

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	509.305
2025	687.054
2026	261.075
2027	62.305
2028	363.565
Subtotal	1.883.304
Marcação a mercado	(108.861)
Total	1.774.444

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
IPCA	5,79	10,06	34,08	30,35
CDI	13,65	4,40	65,92	45,72
Outros			-	23,93
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados em 2022	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Nacional								
Mensuradas ao custo								
Empréstimos bancários (FINEM)	424.488	84.968	Trimestral	Mensal após julho de 2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	n/a
Moeda Estrangeira								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	118.574	118.574	Semestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,81%	USD + 2,81%	CDI + 1,22%
	543.062	203.542						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	343.213	584.000	(123.000)	90.582	(63.765)	831.029
IPCA	77.542	-	-	8.545	(4.075)	82.012
Gastos com captação	(10.921)	(1.778)	-	10.949	-	(1.750)
Total ao custo	409.834	582.222	(123.000)	110.075	(67.840)	911.291
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	537.245	-	-	57.985	(27.015)	568.216
Marcação a mercado	(41.579)	-	-	(25.200)	-	(66.779)
Total ao valor justo	495.665	-	-	32.785	(27.015)	501.437
Total	905.500	582.222	(123.000)	142.861	(94.855)	1.412.728
Circulante	136.357					188.249
Não circulante	769.143					1.224.479

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	503.127	-	(162.415)	16.282	(13.781)	343.213
IPCA	70.202	-	-	11.022	(3.683)	77.542
Gastos com captação	(4.421)	(8.364)	-	1.864	-	(10.921)
Total ao custo	568.908	(8.364)	(162.415)	29.168	(17.464)	409.834
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	219.610	274.000	-	62.236	(18.600)	537.245
Marcação a mercado	17.602	-	-	(59.182)	-	(41.579)
Total ao valor justo	237.212	274.000	-	3.054	(18.600)	495.665
Total	806.120	265.636	(162.415)	32.223	(36.064)	905.500
Circulante	170.604					136.357
Não circulante	635.516					769.143

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
	107% a 109,5% do CDI CDI + 1,47% a 1,50%	(a)	831.029	2021 a 2029	Fiança da CPFL Energia
CDI		(b)	82.012	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,29%		77.542		
Gastos com captação			(1.750)		
Total mensuradas ao custo			911.291		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 5,80%		256.532	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30%		311.684	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(66.779)		
Total mensuradas ao valor justo			501.437		
Total			1.412.728		
			905.500		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

- (a) 107,84% do CDI / CDI + 1,47% a 1,59%
 (b) IPCA +5,42 a 6,31%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra

resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 66.779 (ganhos acumulados não realizados de R\$ 41.759 em 31 de dezembro de 2021), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 49.583 (R\$ 26.307 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 17.196 (R\$ 15.452 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2024	273.031
2025	125.277
2027	124.492
2028	768.458
Subtotal	1.291.258
Marcação a mercado	(66.779)
Total	1.224.479

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2022	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional - CDI								
13ª Emissão	250.000	250.000	249.170	Semestral	2 parcelas anuais a partir de dezembro de 2027	(a)	CDI + 1,50%	CDI + 1,59%
14ª Emissão	334.000	334.000	333.052	Semestral	1 Parcela em fev/23 demais semestral - maio e novembro de cada ano até 2029	(a)	CDI + 1,47%	CDI + 1,47%
	<u>584.000</u>	<u>584.000</u>	<u>582.222</u>					

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, conforme abaixo:

17.1 Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

1) Plano PSAP/Piratininga (fechado para adesões e saldado):

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício suplementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFLL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.537.214	2.021.407
Valor justo dos ativos do plano	(1.411.114)	(1.561.436)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	126.100	459.970
Efeito da conversão para dívida financeira*	86.556	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	212.656	459.970

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020	2.047.884	(1.484.375)
Custo do serviço corrente bruto	9.324	-
Rendimento esperado no exercício	-	(112.568)
Juros sobre obrigação atuarial	153.225	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.656	(1.656)
Contribuições de patrocinadoras	-	(89.074)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(1.508)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(58.827)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(4.110)
Benefícios pagos no exercício	(130.347)	130.347
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	2.021.407	(1.561.436)
Custo do serviço corrente bruto	(69.466)	-
Rendimento esperado no exercício	-	(152.749)
Juros sobre obrigação atuarial	186.590	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.097	(1.097)
Contribuições de patrocinadoras	-	(136.010)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(404)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(152.269)	-
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	23.640
Benefícios pagos no exercício	(161.987)	161.987
(Ganho) perda decorrente de conversão voluntária de renda*	(287.754)	254.551
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	1.537.214	(1.411.114)

* Conforme descrito na nota 17.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

17.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo atuarial líquido no início do exercício	459.970	563.509
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	17.728	49.981
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(136.010)	(89.074)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(404)	(1.508)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(152.269)	(58.827)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	23.640	(4.110)
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira*	(86.556)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício	126.100	459.970
Conversão para dívida financeira	86.556	-
Outras contribuições	665	594
Total passivo	213.321	460.564
Circulante	167.943	117.395
Não circulante	45.378	343.169

* processo de conversão voluntária, descrito anteriormente.

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 142.104.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2023	124.191
2024	133.937
2025	138.346
2026	142.430
2027 a 2028	936.428
Total	<u>1.475.332</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,6 anos.

17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas reconhecidas em 2022 e 2021 são como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	-	6.024	9.324
Efeito do saldamento*	-	(75.490)	-
Efeito da conversão voluntária de renda**	-	53.354	-
Juros sobre obrigações atuariais	153.286	186.590	153.225
Rendimento esperado dos ativos do plano	(147.567)	(152.749)	(112.568)
Total da despesa (receita)	<u>5.719</u>	<u>17.728</u>	<u>49.981</u>

* Com a aprovação do saldamento do plano PSAP/Piratininga pelo órgão regulador PREVIC na data-base de 31 de maio de 2022, o plano deixou de receber novas contribuições mensais e foi apurado um ganho de R\$ 75.490 (taxa nominal de desconto dos cálculos foi de 9,41%).

** Na rubrica de Despesas (receitas) reconhecidas no resultado em 2022, R\$ 53.354 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins das demonstrações financeiras e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão e a data final da adesão foi 31 de janeiro de 2023.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,00% a.a.	6,55% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability (-50) ExpR_2013 a 2021	Light frac (-30) ExpR_2012
Taxa de rotatividade esperada:		
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Renda fixa	79%	71%
Títulos públicos federais	36%	37%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Outros investimentos de renda fixa	41%	30%
Renda variável	17%	26%
Fundos de investimento em ações	17%	26%
Investimentos estruturados	3%	1%
Fundos de investimento multimercado	3%	1%
Cotados em mercado ativo	99%	98%
Operações com participantes	1%	2%
Não cotados em mercado ativo	1%	2%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2023</u>
Renda fixa	78,4%
Renda variável	18,2%
Imóveis	0,6%
Empréstimos e financiamentos	2,1%
Investimentos estruturados	0,6%
Total	100,00%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management – ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 41.180 (redução de R\$ 40.553).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 34.138 (redução de R\$ 36.014).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas

respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	612	570
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.316	8.316
Bandeiras tarifárias e outros	-	86.406
Total	<u>8.928</u>	<u>95.292</u>

Bandeiras tarifárias e outros: O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	129	9.809
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.342	4.094
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>2.471</u>	<u>13.903</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.205	135.308
Programa de integração social - PIS	4.899	2.820
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.862	13.314
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	4.125	1.065
Outros	8.524	6.315
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>42.615</u>	<u>158.823</u>
Total Circulante	<u>45.086</u>	<u>172.726</u>
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	183.676	172.063
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.730	6.777
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>191.406</u>	<u>178.840</u>
Total Não circulante	<u>191.406</u>	<u>178.840</u>

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS: a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (artigos 73 e seguintes do RICMS).

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	31.422	7.353	29.856	7.351
Cíveis	21.950	12.090	15.675	10.740
Fiscais	26.204	204.475	736	193.909
Imposto de renda	-	179.130	-	173.989
Outros	26.204	25.344	736	19.920
Outros	1.082	-	963	-
Total	80.658	223.917	47.229	212.000

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	29.856	9.997	(7.171)	(4.618)	3.357	31.422
Cíveis	15.675	22.010	(3.249)	(14.828)	2.342	21.950
Fiscais	736	25.094	(93)	-	468	26.204
Outros	963	-	-	-	119	1.082
Total	47.229	57.101	(10.512)	(19.446)	6.286	80.658

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

c. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente ICMS.

d. **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	40.623	45.216	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	417.012	378.532	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária e revisão de contratos
Fiscais	334.998	319.682	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	364.584	298.666	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	3.511	3.175	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.160.728	1.045.271	

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	45.773	22.018	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	79.687	73.058	1.364	1.230
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	30.360	32.310	7.684	3.522
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	9.101	12.690	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.486	4.825	6.352
Adiantamentos	56.505	49.503	1.237	1.729
Descontos tarifários - CDE	2.738	-	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	146	-	-
Folha de pagamento	3.336	2.745	-	-
Participação nos lucros	16.243	13.633	5.146	4.294
Convênios de arrecadação	20.578	19.813	-	-
Outros	7.283	3.339	4.112	408
Total	273.277	230.742	24.368	17.535

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a

Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,72 vezes o EBITDA em 2022 (2,67 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 Aumento de Capital

Na AGE de 28 de abril de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021 sem emissão de novas ações.

22.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 28 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 25.506 declarado em agosto e dezembro de 2021, (ii) dividendo intermediário no montante de R\$ 75.000, e (iii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 393.928.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

- Dividendo intermediário no montante de R\$ 70.667, utilizando-se da Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro, aprovado em AGE de 5 de outubro de 2022;
- Dividendo intermediário no montante de R\$ 125.000, os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, aprovado em AGE de 27 de outubro de 2022;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 27.500 (R\$ 23.375 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2022;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 63.649, que será deliberado na AGO em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 595.632 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

22.4 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício fiscal do intangível incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 9.2.

22.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 336.840, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 45.962, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 74.448 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 216.430.

22.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 332.984 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo credor de R\$ 2.999 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48.

22.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido base para destinação	512.992
Reserva legal	(5.965)
Dividendo intermediário	(125.000)
Juros sobre capital próprio	(27.500)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(216.430)
Reserva de lucros a realizar	(74.448)
Dividendo adicional proposto	(63.649)

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 216.430 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 74.448, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	512.992	500.398
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	9,66	9,42

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.796.070	1.761.370	4.232	4.226	3.476.868	3.456.785
Industrial	6.511	6.367	712	792	533.442	561.369
Comercial	83.982	82.331	1.567	1.605	1.249.468	1.204.278
Rural	6.369	7.069	99	112	63.293	64.619
Poderes públicos	8.557	8.379	202	181	154.547	130.796
Iluminação pública	2.498	2.448	313	315	148.174	153.455
Serviço público	1.302	1.305	224	224	155.465	145.817
Fornecimento faturado	1.905.289	1.869.269	7.349	7.455	5.781.257	5.717.118
Consumo próprio	150	151	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	17.481	(24.943)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(2.319.273)	(2.431.133)
Fornecimento de energia elétrica	1.905.439	1.869.420	7.354	7.461	3.479.465	3.261.042
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			17	141	24.667	55.523
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(18.856)	(17.114)
Energia elétrica de curto prazo			2.918	1.990	172.471	502.159
Suprimento de energia elétrica			2.935	2.131	178.282	540.568
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					2.338.129	2.448.247
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.153.545	1.189.743
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(9.759)	(11.201)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					592.565	316.683
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					49.386	518.945
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					112.800	175.083
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					383.249	197.079
Outras receitas e rendas					139.428	105.449
Outras receitas operacionais					4.759.343	4.940.029
Total da receita operacional bruta					8.417.090	8.741.638
Deduções da receita operacional						
ICMS					(975.994)	(1.306.936)
PIS					(105.122)	(124.646)
COFINS					(484.562)	(574.538)
ISS					(69)	(78)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.166.478)	(716.086)
Programa de P & D e eficiência energética					(49.642)	(53.539)
PROINFA					(65.139)	(53.616)
Bandeiras tarifárias e outros					89.484	(72.384)
Outros					(6.969)	(5.539)
					(2.764.492)	(2.907.362)
Receita operacional líquida					5.652.599	5.834.275

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL n° 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4° ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5° ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função do 5° ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, o valor constituído de maio de 2015 a abril de 2019 passou a ser amortizado, e os novos valores continuam a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 6° ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN n° 463, onde foi deferido o pedido de

antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADÉE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

24.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em outubro de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia, de 23 de outubro até 22 de outubro do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2022 (REH nº 3.128), o reajuste médio foi de +21,07%, sendo +16,50% referentes ao reajuste tarifário econômico, +4,57% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 14,72% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Em 2021 (REH nº 2.966), o reajuste médio foi de +14,78%, sendo +8,17% referentes ao reajuste tarifário econômico, +6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes e +12,40% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

24.3 Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 383.249 (R\$ 197.079 em 2021), sendo (i) R\$ 30.033 (R\$ 19.966 em 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 166.647 (R\$ 142.080 em 2021) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 186.569 (R\$ 35.033 em 2021) de subvenção CCRBT.

24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

24.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.890	1.973	550.777	698.100
PROINFA	174	181	127.665	63.077
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	9.628	8.840	2.170.540	2.722.568
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(252.897)	(309.477)
Subtotal	11.692	10.994	2.596.086	3.174.268
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			527.648	480.603
Encargos de transporte de itaipu			52.644	56.836
Encargos de conexão			28.053	28.281
Encargos de uso do sistema de distribuição			25.361	20.978
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			97.127	363.778
Encargos de energia de reserva - EER			124.442	29.259
Crédito de PIS e COFINS			(79.110)	(90.623)
Subtotal			776.164	889.112
Total			3.372.250	4.063.380

(*) Conta de energia de reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A grande melhora do cenário energético reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022, contribuindo para a redução do custo com ESS.

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	121.728	109.387	-	-	24.422	22.163	43.751	35.254	-	-	189.901	166.805
Entidade de previdência privada	17.728	49.981	-	-	-	-	-	-	-	-	17.728	49.981
Material	32.931	24.781	356	239	653	400	2.186	2.129	-	-	36.126	27.549
Serviços de terceiros	73.506	64.043	339	384	50.090	47.908	50.904	49.201	-	-	174.839	161.536
Custos com construção da infraestrutura	-	-	592.565	316.683	-	-	-	-	-	-	592.565	316.683
Outros	130	464	3	4	13.796	14.780	41.155	32.387	11.141	15.513	66.226	63.147
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	13.464	14.557	-	-	-	-	13.464	14.557
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.280	4.139	-	-	1.280	4.139
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	3.402	2.678	-	-	3.402	2.678
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	31.993	21.127	-	-	31.993	21.127
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	9.869	14.150	9.869	14.150
Outros	130	464	3	4	333	224	4.480	4.443	1.271	1.363	6.218	6.496
Total	246.024	248.657	593.263	317.310	88.961	85.251	137.997	118.971	11.141	15.513	1.077.386	785.702

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	51.614	17.901
Acréscimos e multas moratórias	57.174	53.545
Atualização de créditos fiscais	140.212	15.029
Atualização de depósitos judiciais	12.618	4.853
Atualizações monetárias e cambiais	13.684	30.993
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	15.206	5.198
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	80.645	19.756
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(17.520)	(8.239)
Outros	5.616	9.093
Total	359.250	148.130
Despesas		
Encargos de dívidas	(208.842)	(96.440)
Atualizações monetárias e cambiais	(205.498)	(67.261)
(-) Juros capitalizados	8.226	3.676
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(12.412)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 7.1)	(127.941)	-
Outros	(42.138)	(29.534)
Total	(588.605)	(189.559)
Resultado financeiro	(229.354)	(41.429)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 279.290 (R\$ 46.261 em 2021) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- **State Grid Brazil Power Participações S.A.**
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- **ESC Energia S.A.**
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos

aos respectivos empregados. Mais informações vide nota 17 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 9.602 (R\$ 4.695 em 2021). Este valor é composto por R\$ 8.168 (R\$ 3.940 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 94 (R\$ 134 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.340 (R\$ 621 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.265	3.510	1.594	1.254	-	-	(30.566)	(27.019)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	84	-	-	315	192	1.234	1.225
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	4.381
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	23.375	6.037	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	3.748	18	-	-	14.330	13.989
Entidades sob o controle da CPFL Energia (**)	549	1.261	17.980	13.366	78	110	56.179	46.343
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	130	33	22.367	21.679	-	-	255.611	214.280
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	57.615	61.980	-	-	448.409	478.677
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	59.760	55.915
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	(1.096)	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	8.700	-	-	160	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	(1.891)	-	440	446

(*) A despesa financeira refere-se ao mútuo com remuneração de 107% a.a. do CDI, quitado em dezembro de 2021.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 80.206 no exercício (R\$ 51.804 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	73.859
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	233.561
Garantia	Seguro Garantia	152.217
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		792.636

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de

recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão

do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	257.910	257.910
Derivativos	31	(a)	Nível 2	82.760	82.760
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	2.278.463	2.278.463
Total				2.619.132	2.619.132
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	662.306	662.306
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.280.983	1.280.983
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	911.291	905.207
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	501.437	501.437
Derivativos	31	(a)	Nível 2	93.026	93.026
Total				3.449.043	3.442.959

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 63.927 em 2022 (R\$ 99.662 em 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação, (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial, e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	38.057	-	38.057	79.775	(41.718)	Euro + 0,70%	CDI + 0,83%	mar/25	419.760
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(45.531)	(45.531)	(9.055)	(36.475)	USD + 0,78% a 2,81%	CDI + 0,74 a 1,22%	out/23 a set/26	439.574
	38.057	(45.531)	(7.473)	70.720	(78.193)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	44.702	(12.366)	32.336	81.920	(49.583)	IPCA + 4,30% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a mai/31	471.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(35.130)	(35.130)	(6.450)	(28.680)	6,16% a 7,38%	CDI + 0,69% a 0,88%	mar/24 a jun/24	447.000
	44.702	(47.496)	(2.793)	75.470	(78.263)				
Total	82.760	(93.026)	(10.266)	146.190	(156.456)				
Circulante	-	(13.053)							
Não circulante	82.760	(79.973)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	218.524	(205.998)	133.664	146.190
Marcação a mercado (*)	(83.847)	(72.609)	-	(156.456)
Total	134.676	(278.607)	133.664	(10.266)
Ativo não circulante	178.441			82.760
Passivo circulante				(13.053)
Passivo não circulante	(43.764)			(79.973)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2022	2021	2022	2021
Varição de taxas de juros	(25.920)	48.012	-	-
Marcação a mercado	(22.085)	(89.997)	683	(1.545)
Varição cambial	(180.078)	12.848	-	-
Marcação a mercado	(51.207)	(17.124)	-	660
Total	(279.290)	(46.261)	683	(885)

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício foi de R\$ 116.920 (R\$ 178.074 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na

mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(400.593)		(32.169)	76.021	184.212
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	414.762		33.307	(78.711)	(190.728)
	14.168	baixa dolar	1.139	(2.689)	(6.515)
Instrumentos financeiros passivos	(455.560)		(46.056)	79.347	204.751
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	466.245		47.137	(81.208)	(209.554)
	10.686	baixa euro	1.081	(1.861)	(4.803)
Total	24.855		2.219	(4.551)	(11.319)
Efeitos no resultado do exercício			2.219	(4.551)	(11.319)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar e R\$ 5,57 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,64 e R\$ 6,13 e a depreciação cambial de 8,03% e 10,11%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	247.021				34.410	43.012	51.615
Instrumentos financeiros passivos	(831.029)				(115.762)	(144.703)	(173.644)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.859.938)				(259.089)	(323.862)	(388.634)
	(2.443.946)	alta CDI	13,65%	13,93%	(340.441)	(425.553)	(510.663)
Instrumentos financeiros passivos	(1.250.542)				(82.411)	(61.808)	(41.205)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	538.644				35.497	26.622	17.748
Ativo financeiro da concessão	2.278.463				150.151	112.613	75.075
	1.566.564	baixa IPCA	5,79%	6,59%	103.237	77.427	51.618
Ativos e passivos financeiros setoriais	(19.711)				(2.746)	(3.432)	(4.119)
	(19.711)	alta SELIC	13,65%	13,93%	(2.746)	(3.432)	(4.119)
Total	(897.093)				(239.950)	(351.558)	(463.164)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					220	89	(41)
Efeitos no resultado do exercício					(240.170)	(351.647)	(463.123)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é

monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- e B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14	583.480	7.746	-	-	-	-	591.226
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	3.682	73.997	368.705	1.417.356	416.807	432.753	2.713.301
Derivativos	31	-	-	13.053	41.778	25.829	12.366	93.026
Debêntures - principal e encargos	16	19.704	101.097	211.753	601.132	237.960	774.524	1.946.171
Taxas regulamentares	18	8.928	-	-	-	-	-	8.928
Outros	21	6.384	61.565	9.031	3.054	1.771	-	81.805
Consumidores e concessionárias		6.257	39.516	-	-	-	-	45.773
EPE / FNDCT / PROCEL		-	1.215	7.886	-	-	-	9.101
Convênio de arrecadação		-	20.578	-	-	-	-	20.578
Fundo de reversão		127	255	1.145	3.054	1.771	-	6.352
Total		622.178	244.405	602.542	2.063.321	682.367	1.219.644	5.434.456

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022, um valor de R\$ 8.226 (R\$ 3.676 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição. (nota 27).

Ainda em 2022, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 mesmo período de 2021), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 5 anos	3.239.533	5.946.854	5.555.656	1.207.934	15.949.976
Compra de energia de Itaipu	Até 5 anos	356.714	713.427	715.907	283.357	2.069.405
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 6 anos	755.617	1.641.094	1.723.456	678.707	4.798.874
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	173.245	46.687	-	-	219.933
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	128.377	58.402	7.672	-	194.451
Total		4.653.486	8.406.464	8.002.691	2.169.998	23.232.639

(34) EVENTO SUBSEQUENTE

34.1 Entidade de previdência privada: Conversão de renda vitalícia para financeira

Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para o plano previdenciário PSAP/Piratininga (nota 17). O percentual estimado de conversão foi de 18% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração pelas controladas.

34.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA
Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

***Companhia Piratininga
de Força e Luz
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Piratininga de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

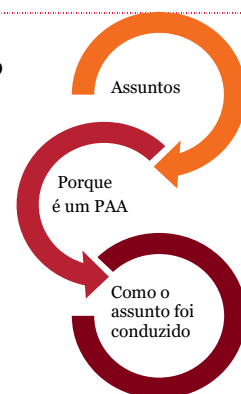
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Piratininga de Força e Luz em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 6)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 301.885 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.

Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo, confrontando o volume de total de consumo de energia menos o volume faturado com o volume não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, e efetuamos teste de valorização com as tarifas por consumidor para volume alocado pela administração e confrontamos com os valores reconhecidos de receita.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Piratininga de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Piratininga de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis financeiras da **Companhia Piratininga de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 15 de março de 2023.

Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6
CPF: 171.567.218-60